

ORGANIZAÇÕES POLICIAIS E SOCIEDADE: Uma Análise Discursiva sobre a Função Estratégica de manter a Ordem Social

MARIANA BERNARDINO LOPES

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES)

FELIPE FRÓES COUTO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES)

ORGANIZAÇÕES POLICIAIS E SOCIEDADE: Uma Análise Discursiva sobre a Função Estratégica de manter a Ordem Social

1 INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é responder o seguinte problema de pesquisa: *De que forma se articulam os discursos de agentes estratégicos da segurança pública de Montes Claros-MG acerca da atuação das polícias na manutenção da ordem social?* Para tal, foi feito uso de uma pesquisa qualitativo-exploratória de abordagem hermenêutica que, segundo Pavão, Sehnem e Godoi (2010), pauta-se na explicação, ou seja, é uma teoria de interpretação. Surge uma nova interpretação de uma linguagem já formulada. “A hermenêutica tem sido relevante na investigação e no esclarecimento de textos antigos, cujos contextos social, econômico e cultural não é possível reconstruir na íntegra” (PAVÃO; SEHNEM; GODOI, 2010, p.3).

O objetivo geral da pesquisa, portanto, é identificar as formas pelas quais se articulam os discursos de agentes estratégicos da segurança pública de Montes Claros-MG acerca da atuação das polícias na manutenção da ordem social. Como objetivos específicos, temos: **(a)** analisar a literatura histórica sobre o papel das polícias na constituição da ordem social; **(b)** analisar, intradiscursivamente, como se articulam as falas dos entrevistados e como eles buscam produzir sentidos acerca de temas de segurança pública e atuação das polícias na sociedade e, por fim, **(c)** analisar, interdiscursivamente, de que modo os discursos dos entrevistados são aderentes às noções político-teórico referentes aos posicionamentos hegemônicos sobre segurança pública e atuação contemporânea das polícias.

O tema encontra sua relevância dado o debate contemporâneo sobre o uso da inteligência para contenção do crescimento da criminalidade. Segundo informações do IPEA, no ano de 2017 houve 65.602 homicídios, o que equivale a uma taxa de aproximadamente 31,6 mortes para cada 100 mil habitantes. Este foi considerado o maior nível histórico de mortes violentas no país. Do número total de mortes apresentado em 2017, 47.510 homicídios são devido a armas de fogo, 4.936 homicídios de mulheres e 60.559 por homens (IPEA, 2019).

Quanto ao perfil, a morte prematura de jovens entre 15 e 29 anos por homicídio tem crescido no Brasil desde 1980, e geralmente são jovens moradores de periferias, e que possuem envolvimento com drogas. Homens negros continuam sendo as maiores vítimas de assassinatos, e em 2019 o IPEA incluiu no perfil de homicídios, à população LGBTI+, homicídios por caráter discriminatório que proporciona a vítima a esses fins. Para esse grupo ainda não é possível quantificar o número de mortes, pois não se sabe o tamanho dessa população (IPEA, 2019).

Para as mulheres, com a Lei 13.104/15, conhecida como a Lei do Feminicídio, o homicídio está voltado para violência doméstica e familiar. Em 2017, 4.936 mulheres foram assassinadas no Brasil, o que corresponde à 13 assassinatos por dia. As mulheres negras são as maiores vítimas de homicídios – o que se enquadra na questão de discriminação racial, onde já existe uma taxação sobre esse perfil (IPEA, 2019).

O uso da arma de fogo é o instrumento mais habitual para perpetuar os homicídios. Em 2017, 47.510 pessoas foram vítimas de homicídio em decorrência da arma de fogo. Existe uma larga literatura internacional que defende que a proliferação da arma de fogo apresenta grandes riscos às famílias, pois gera consequências relacionadas ao aumento do risco de suicídios. Acidentes fatais envolvendo crianças, feminicídios e homicídios acarretam aumento significativo na taxa de homicídios na sociedade (IPEA, 2017).

Alguns fatores constituem pontos centrais quanto à discussão sobre a crise de segurança pública no País. Segundo a BBC News (2017), são eles: **(a)** a precariedade do sistema penitenciário; **(b)** As rebeliões contínuas são reflexo da falta de atenção às penitenciárias, que são visíveis nas obras que ficam no papel e nunca se iniciam para aumentar o ambiente carcerário e investir em novas tecnologias para auxiliar na luta contra o crime; **(c)** A falta de

investigação precisa dos casos de homicídios, facções criminosas e tráfico de drogas, e a ineficiência e falta de comprometimento da polícia e, por fim, **(d)** a ausência de recursos necessários. Segurança pública consome muito dos cofres públicos, e é necessário ter dinheiro constantemente para planejar e pensar em um plano de trabalho. Esses são alguns fatores que contribuíram para a crise pública na segurança (BBC NEWS, 2017).

No cenário norte mineiro, conforme a Agência Minas Gerais (2018), 2017 apresentou a menor taxa de homicídios dentre os últimos seis anos em Minas Gerais. Houve queda de 6% no número de vítimas de homicídios considerando os 853 municípios mineiros, o número de roubos caiu 14%, embora diminuições das estatísticas de crimes e morte ainda não são uma situação para se comemorar (AGÊNCIA DE MINAS GERAIS, 2018).

São poucos estudos que tratam sobre a segurança pública a partir da perspectiva de gestão das polícias na sociedade. Recentemente, os estudos têm tratado da atuação das polícias no sentido de que a formação e socialização dos mesmos são moldadas intencionalmente, onde ocorre a descaracterização do ser e passa a ser moldado conforme princípios, valores e cultura dessas instituições (BRASÍLIO, 2010; LOPES JÚNIOR; 2011; MARRA; FONSECA; SOUZA, 2016). Estes autores, conforme suas pesquisas, justificam ser necessário tais aspectos institucionais para controle da ordem social – policiais precisam de ser exemplos de autoridades da segurança para o controle da sociedade, bem como combate à crimes.

A pesquisa se justifica por tornar possível, por meio da análise proposta, conhecer mais acerca dos mecanismos subjetivos que pautam o pensamento estratégico de decisores estratégicos no campo da segurança pública no Norte de Minas Gerais e, mais especificamente, no município de Montes Claros. Este trabalho permite conhecer mais sobre como se articulam, no discurso de agentes-chave, aspectos como a socialização do policial dentro da instituição; tecnologias e métodos utilizados para manter a ordem social. Com isso, será possível explorar melhor como se constituem os pensamentos estratégicos que comporão as ações de segurança pública e a subjetividade de gestores que devem tomar importantes decisões sobre a contenção de crises sociais, bem como a promoção de um ambiente considerado seguro entre os cidadãos.

A metodologia utilizada nessa pesquisa foi a Análise do Discurso, em sua vertente francesa; esta é caracterizada pelos discursos escritos, utiliza o método do estruturalismo, que enfoca a linguística e a história (CABRAL, 2005; CORNELSEN, 2009; SOUZA, CARRIERI; 2014). Essa análise permite reconstruir um novo discurso a partir de uma análise detida de elementos como, assuntos silenciados, conteúdos explícitos e implícitos, estratégia da utilização de personagens, seleção lexical, entre outros (CARRIERI; LEITE-DA-SILVA; SOUZA; PIMENTEL, 2006).

Este trabalho se estrutura da seguinte forma: Introdução, Fundamentação Teórica que trata da ordem social na perspectiva de Michel Foucault: a história do encarceramento desde os suplícios até o sistema prisional atual. Também, esta seção apresenta as características das instituições policiais e a socialização do agente ao ingressar nesses órgãos. A terceira parte, a Metodologia, aborda sobre as técnicas de coleta de dados e análise dos discursos apresentados pelos agentes das polícias. A quarta seção apresenta a análise das falas dos agentes. Por último se encontra a seção das considerações finais, estão as conclusões acerca das análises.

2 ORDEM SOCIAL POR MEIO DA PUNIÇÃO DAS CONDUTAS

O controle da criminalidade contemporânea segue uma ordem jurídica penal cujas origens remetem a instituições de domínio, bem como a formas de punições e encarceramento existentes desde o século VIII a.C., quando houve a queda do Império Romano. Mais tarde, na Idade Média, a Igreja Católica também teve influência sobre o encarceramento, apoiando a forma que as punições eram feitas, e os locais de aprisionamento – insalubre, sem condições de higiene, sem iluminação; os castigos corporais entre outros. A obra *Vigiar e Punir* de Foucault

(1987) será a base para as próximas explicações dessa narrativa sobre o poder exercido aos corpos dos condenados – aqueles que agiam contra a ordem (FOUCAULT, 1987; SILVA, 2016; SOUSA; MENESES, 2010).

Anterior ao encarceramento, era comum os *suplícios*. Os suplícios ocorriam em frente às Igrejas, em forma de espetáculos, de forma pública para que a aquele teatro servisse de exemplo para os espectadores. Para cada suplício, existia certo tipo de punição; este era um tipo de ritual, uma pena corporal, dolorosa, cometida por uma imaginação barbárie e cruel dos homens. Era considerada uma arte de reter a vida no sofrimento, porém subdividido em mil mortes (BONFIGLI, 2016; FOUCAULT, 1987; SILVA, 2016).

O suplício, por ser um ritual, deveria seguir as técnicas para ser bem executado; primeiramente, deveria produzir uma boa quantidade de sofrimento para que não houvesse possibilidades de o sujeito sobreviver da mesma maneira. Esse sofrimento deveria ser físico, qualificado e com grande intensidade. Fazia parte do ritual deixar cicatrizes para recordar aquela tortura e sofrimento. Seu excesso de violência era caracterizado como símbolo de glória, pois é a garantia que a cerimônia da justiça fora cumprida (BONFIGLI, 2016; FOUCAULT, 1987; SOUSA; MENESES, 2010).

Começa a partir do século XVIII uma nova teoria do crime, uma nova forma de punição, mais humanizada, sem expor o detento a um público, como eram feitos nos espetáculos. A melancólica festa foi sendo obliterada, não mais se via corpos esquartejados, supliciados, amputados, marcados simbolicamente no rosto ou ombro, expostos vivos ou mortos (THIRY-CHERQUES, 2017; FOUCAULT, 1987).

Desde então, a liberdade retirada dos corpos foi jogada para os sistemas de prisões; os detentos começaram a sofrer punições dentro dos encarceramentos e masmorras. Os crimes, por sua vez, passam a ser julgados em nível de grau de complexidade; assim, se conseguia estabelecer uma punição adequada. Juízes e médicos foram inseridos no sistema para fazer avaliações, diagnosticar, julgar de forma adequada cada caso em específico. Para aqueles diagnosticados com demência, era necessário outro tipo de aprisionamento, os hospícios, onde havia outros métodos para conduzir a docilidade do corpo (FOUCAULT, 1987). Todas essas práticas são formas de poder, dominação, adestramentos dos corpos, não só eram aplicados dentro dos encarceramentos para os presos, mas também para loucos, mendigos, desempregados, entre outros (SOUSA; MENESES, 2010).

2.1 Ordem Social pelo Controle dos Corpos

As prisões começam a ser dispositivos não só de punição, mas também educacionais, com intuito de converter a conduta e caráter do detento. Com isso, foram instituídos os trabalhos obrigatórios e outros métodos como a vigilância, rotinas e exames, para melhor conduzir os corpos e torná-los úteis ao regimento. O adestramento exerce poder sobre as multidões confusas móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade com intuito de fabricar indivíduos proveitosos (THIRY-CHERQUES, 2017; FOUCAULT, 1987).

O dispositivo de vigilância são as técnicas que permitem ver por inteiro os indivíduos; nas prisões, começa-se a investir em tecnologias dos olhares, lentes, feixes e câmeras, para que os corpos pudessem ser vigiados. Esses mecanismos induzem efeito de poder, pois a todo instante estão sendo observados, mas não tem certeza se realmente estão. Eles possuem noção na teoria de que estão sendo monitorados, mas na prática não se sabe se ocorre, porém é isso que induz que o detento fique atento e não atreva a fazer qualquer ato que possa lhe complicar. Essa arquitetura de vigilância faz com que o poder não se manifeste pela força, mas sim pelo olhar. Vigiar se torna uma função, profissão definida integrante do processo de produção e fiscalização do comportamento dos indivíduos (BONFIGLI, 2016; THIRY-CHERQUES, 2017; FOUCAULT, 1987).

O termo “panóptico” foi introduzido nesse sistema. Trata-se de uma arquitetura espacial projetada por Jeremy Bentham. Neste modelo, eram jogados os loucos, condenados, operários, alunos, detentos, entre outros. O panóptico é a construção do prédio das celas em forma de um anel; no mesmo, havia um pátio em frente as celas e no seu meio uma torre. No anel, as celas eram divididas para serem utilizadas individualmente, tinha como objetivo introduzir ao detento um estado de consciência e permanente visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. A torre era o meio em que os detentos acreditavam que por ela eram vigiados. Qualquer indivíduo poderia ficar na torre, assim como também poderia não ter ninguém, pois não é possível que o prisioneiro tenha certeza de quem ou se está sendo vigiado através dela. O panóptico é a implantação dos corpos em um espaço onde existem técnicas, instrumentos e níveis de aplicação, modos de intervenção de acordo com cada finalidade (BONFIGLI, 2016; FOUCAULT, 1987).

Dentro do panóptico eram aplicadas disciplinas para assegurar a ordenação das multiplicidades humanas. Eram providos para tornar o exercício do poder menos custoso possível, provocar intensidade e feitos, rendimentos dos aparelhos, fazer crescer a docilidade e vitalidade dos elementos (FOUCAULT, 1987; SILVA, 2016). O sistema prisional é um aparelho disciplinar exaustivo, que priva a liberdade do indivíduo do meio exterior, impõe trabalhos, realiza controle do comportamento cotidiano.

Algumas falhas foram apontadas nesses sistemas. Embora as prisões tentem prover um estímulo de trabalho nos detentos, elas não deixam de fabricar delinquentes. Estes são jogados em celas e obrigados a fazer trabalhos considerados subalternos. A realidade fora das celas não é a mesma, mesmo que o indivíduo tenha aprendido algum ofício, pois ainda assim, com seus passaportes de criminalidade, encontram dificuldades de reintegração, inclusive de encontrar um trabalho. Já que se sentem rejeitados pela sociedade, alguns ex-presidiários preferem retornar às prisões, o lugar onde eles não são excluídos (FOUCAULT, 1987; SILVA, 2016).

Traçando uma linha histórica da evolução do sistema prisional, desde as punições mais conhecidas como suplícios – rituais de ostentação, com sua arte misturada à cerimônias de sofrimento – até as penas de prisões, enterradas em uma arrumação espacial e guardadas em segredo na arquitetura panóptica, é possível entender a subjetividade por trás da noção de “ordem social” performada nas polícias. Hoje, é perceptível que a pena é vista como uma função de domesticação dos sujeitos para a ressocialização e, conseqüentemente, para a manutenção da ordem social. Os dispositivos de vigilância e controle social das prisões foram extrapolados para outras dimensões da vida – e as técnicas de gestão da sociedade se tornaram mais arrojadas para garantir um nível aceitável, ou normal, de crimes (FOUCAULT, 1987).

2.2 Ordem Social na Formação do Agente Policial

A segurança pública tem sido um grande problema para o estado brasileiro administrar; esta ganhou destaque devido às altas taxas de violência e criminalidade, que envolve desde a assassinatos até comércio de drogas, inclusive a sensação de insegurança da população devido à “ineficácia” da polícia em cumprir suas tarefas. Além desses desafios, a segurança pública ainda deve atender as pressões impostas pela sociedade no que tange à segurança e à ordem local. Para que isso ocorra com maior êxito, os policiais devem usar de suas técnicas, mecanismos e competências para minimizar ou controlar a desordem social (LOPES JÚNIOR, 2010; SOUSA; MORAIS, 2011).

O sistema de segurança pública no Brasil é, atualmente, composto pelos seguintes entes: polícia federal, polícia rodoviária federal e guarda nacional, todas componentes da estrutura da União; polícia civil e polícia militar, ambas em nível estadual; e guarda municipal, facultada aos municípios que a compõe (LOPES JÚNIOR, 2010). A polícia é uma instituição governamental, presente em todos os países, cuja função é repressão, preservação da ordem

pública, e manutenção da tranquilidade pública através do uso da força e controle social (SOUSA, MORAIS, 2010).

As instituições policiais, assim como instituições privadas, possuem regras, obrigações e treinamentos – principalmente estes últimos devem ser bem rígidos para que o policial saiba como executar seu serviço. Todas essas características são traços de uma identidade histórica que ainda pode sofrer mutações no contexto sócio histórico. O trabalho do policial é de extrema exposição ao perigo, stress, e muitas vezes os salários são insuficientes devido às diversas periculosidades (BRASÍLIO, 2008; MORAIS; PAULA, 2010).

A socialização do policial ocorre no ingresso na academia – onde os treinamentos e o processo de conversão identitária inicia posturas, conjuntos de ideias e valores. Formas de agir e falar começam a ser moldadas, e o “eu” que existia começa a se transformar em máquinas padronizadas para executar a profissão (MARRA; FONSECA; SOUZA, 2016). Os antigos valores deveriam ser destruídos, ou abafados pelo menos, para que assim pudesse criar uma identidade militar (SILVA, 2007). “A socialização do policial militar é centrada em princípios rígidos, padronização das condutas, comportamentos, atos e fardamentos instituídos pela doutrina explicitada em documentos tais como o Código de Ética e Disciplina Militares e o Código Penal Militar” (MARRA; FONSECA; SOUZA, 2016). “As organizações policiais podem ser vistas, portanto, como estufa de mudar pessoas, em que cada um é um experimento natural sobre o eu ideal que se pretende atingir, lembrando algumas práticas das instituições totais” (MORAIS; PAULA, p.6, 2010). Ocorre a mortificação do “eu” e começa um processo de reconstrução do *self*, dessa forma ocorre o adestramento dos corpos dessas instituições.

Essa formação do policial é vista como um ritual de passagem pela organização, estes treinamentos não só qualificam a força, mas também moldam de ideologia do agente. Essa dominação é a principal característica cultural da instituição – isto é necessário porque o papel do policial é estabelecer controle social, pois é o único órgão público que possui função de manter a segurança da população, então essa dominação faz parte para manter a ordem e a sociedade controlada (MORAIS, PAULA, 2010; LOPES JÚNIOR; 2010).

Existem dois tipos de socialização que ocorrem no indivíduo; aquela na qual as identidades pessoais são negociadas, forçadas, reproduzidas e ameaçadas para que os militares possam atuar o seu serviço na prática, e aquelas identidades pessoais que se baseiam os discursos sociais, narrativas de dominação/poder para manutenção do controle (MARRA; FONSECA; SOUZA, 2016).

A presença da violência, ou do uso de força, infelizmente, estão atrelados ao dia-a-dia dos policiais. Esta violência pode ser chamada de oficial, pois atinge certos indivíduos ou grupos, e não a sociedade em geral – claro que existem graus de tolerância que envolve as limitações do governo, órgãos fiscalizadores, mídias e da população. A variação do comportamento do indivíduo e do policial é identificada em quatro aspectos: **(a)** orientação do governo em relação a violência; **(b)** consciência da cidadania; **(c)** nível de aceitação da violência pela população com fins de resolver os conflitos, e **(d)** o padrão de relacionamento entre governo e população para controle (MACHADO; NORONHA, 2002).

Fazendo um levantamento geral sobre o referencial, neste está presente algumas proposições como: **(a)** controle do uso força de forma acrítica para quem vai contra a ordem; **(b)** perda de caráter identitário como agente que serve à ressocialização; **(c)** punição como uma medida de controle que considera custo benefício e **(d)** uso de tecnologias de vigilância para controle da sociedade e domesticação das condutas.

3 PERCURSO METODOLÓGICO E ANÁLISE FRANCESA DO DISCURSO

Para responder ao problema de pesquisa: *“De que forma se articulam os discursos de agentes estratégicos da segurança pública do Norte de Minas acerca da atuação das polícias*

na manutenção da ordem social?'", adotamos uma abordagem transdisciplinar para desenvolver a metodologia. Esta é uma pesquisa do tipo qualitativa, descritiva e exploratória por meio de entrevistas que faz uso, como método de análise de dados, da Análise do Discurso (AD).

A Análise do Discurso tem sido muito utilizada como recurso metodológico para o desenvolvimento de pesquisas voltadas para os estudos organizacionais. A AD trata das diversas formas discursivas da sociedade; assim, é fundamental compreender o que se entende do discurso, como ele se constitui, quem o emprega e quando ele é proferido ou escrito. Esse pressuposto parte do entendimento que deve ser analisado nos discursos os sentidos que estão por trás das falas dos agentes, bem como aqueles que são silenciados por alguma razão (CABRAL, 2005; CORNELSEN, 2009).

A Análise do Discurso é articulada a partir de três grandes regiões do saber; **(a)** Materialismo Histórico; **(b)** Linguística; e a **(c)** Teoria do Discurso. Estes elementos são condições históricas e socioculturais de uma específica conjuntura que determina todo dizer ou linguagem que um sujeito reproduz (CARRIERI; LEITE-DA-SILVA; SOUZA; PIMENTEL, 2006).

A AD é subdividida em duas partes, a análise Anglo-Saxã desenvolvida por Ferdinand Saussure, caracterizada pela transmissão oral e cujo enfoque teórico reside na língua e no intralinguístico. A segunda vertente, e escolhida para abordar neste artigo, é a Análise Francesa, criada e desenvolvida pelo filósofo Michel Pêcheux, que possui enfoque no escrito, nos textos (CABRAL, 2005; NARZETTI, 2010).

A Análise Francesa é uma das 57 variáveis que compõe a Análise do Discurso, e se divide em duas análises, a intradiscursiva e interdiscursiva. A intradiscursiva é a visão que o discurso produzido defende – é preciso, nesta, avaliar o discurso semântico produzido, é também um plano de manifestação que se articula como forma de produção verbal ou textual do agente (CARRIERI, LEITE-DA-SILVA, SOUZA, PIMENTEL, 2006).

A interdiscursiva é constituída de oposições, contradições presentes nos discursos, levando em consideração os demais que estão no universo. Este é a parte antagônica da interação com os discursos. As três principais instâncias da análise do interdiscurso são **(a)** Universo do Discurso; **(b)** Campo Discursivo, **(c)** Espaço Discursivo. O universo é formado por vários discursos que interagem a uma determinada conjuntura. O campo consiste nos temas que são compostos no discurso, este delimita uma região determinada do universo. O espaço discursivo são os subconjuntos das formações discursivas do campo que julgam pertinentes, neste é realizado o acompanhando do percurso semântico apresentado no discurso (CARRIERI, LEITE-DA-SILVA, SOUZA, PIMENTEL, 2006; POSSENTI, 2003).

Neste trabalho, o universo discursivo é pautado no controle da ordem social, o campo discursivo se limita aos mecanismos de moldar os corpos e o espaço discursivo traz temas sobre função das polícias, formação e socialização do agente, abordagem do policial, controle da criminalidade, uso de tecnologia e residência criminosa.

A Análise Francesa é caracterizada pela análise das estratégias de persuasão presentes nos textos, esta é composta por quatro elementos; **(a)** criação de personagens; **(b)** seleção lexical; **(c)** conteúdos explícitos e implícitos; **(d)** silêncio. São elementos que, uma vez identificados no discurso, permitem uma melhor interpretação da fala do agente, bem como entender a resignificação dos conceitos (CABRAL, 2005).

Para análise sobre as condições do discurso, foram realizadas entrevistas com 3 (três) agentes de nível estratégico da gestão das Polícias Militar, Civil e Federal a fim de compreender os processos de socialização do policial, bem como os discursos relacionados ao papel de manutenção da ordem social por meio de organizações policiais. As entrevistas, foram realizadas no próprio ambiente de trabalho e seguiu um roteiro de perguntas 24 (vinte e quatro) perguntas predeterminadas; outras foram surgindo conforme o encaminhar da entrevista, e para análise foram selecionadas 5 perguntas consideradas como de maior relevância, com temas

sobre a socialização na formação do policial, uso de tecnologias para controle social e reincidência criminosa.

As entrevistas foram realizadas nos dias 09, 11, 25 de Julho de 2018. A entrevista do dia 09 de Julho na Polícia Civil de Minas Gerais teve cerca de 3 horas de gravação em áudio. Referente ao dia 11, na Polícia Militar de Minas Gerais a entrevista teve 2h 30 minutos de duração e no dia 25, na Polícia Federal a entrevista teve cerca de 1h 30 minutos de duração. As datas foram marcadas conforme a disponibilidade na agenda de cada entrevistado.

Os entrevistados são autoridades consideradas importantes e relevantes, para que a pesquisa tenha distintas visões que envolvem o mesmo objetivo da segurança pública. Os entrevistados 3 (três) agentes, gestores/decisores de média patente:

(a) Delegado Civil de Minas Gerais: sexo masculino, aproximadamente 40 anos, cristão, origem de classe média, ensino superior completo, trabalha há 16 anos na Polícia Civil e ingressou em 2002, no cargo de detetive, quando ainda cursava Direito. Concluiu o curso em 2004, foi designado a exercer a função de perito criminal ad hoc, no ano de 2005; no ano de 2007 foi aprovado no concurso para Delegado de Polícia e deu início à função no ano de 2008. Como Delegado Regional, atua há 4 anos em Montes Claros.

(b) Capitão da Polícia Militar de Minas Gerais: sexo masculino, aproximadamente 45 anos, cristão, de origem econômica humilde, possui curso superior em Biologia, pós *Latu sensu* em Docência para o ensino básico e superior; curso superior em Ciências Militares pela Academia de Polícia Militar de Minas Gerais. Aos 29 anos, passou no concurso da PMMG enquanto lecionava em escola pública. Possui 14 anos de exercício, lotado na região de Montes Claros, cujo início de carreira se deu em Januária, por 06 meses.

(c) Delegado da Polícia Federal; sexo masculino, aproximadamente 40 anos, cristão, origem classe média, ensino superior completo em Direito. Exerceu cargos na Administração Pública antes de ser incorporado a Polícia Federal. Iniciou sua carreira como Delegado em uma cidade do Interior do Rio de Janeiro. Possui 10 anos de carreira na Polícia Federal. Havia assumido recentemente a função de gestor da Regional de Montes Claros, após transferência.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os trechos das entrevistas com os agentes estratégicos da polícia foram analisados conforme a abordagem transdisciplinar da análise de discurso, e neles buscamos identificar intradiscursivamente como se articulam as falas dos entrevistados e como eles buscam produzir sentidos acerca de temas de segurança pública e atuação das polícias na sociedade, e analisar interdiscursivamente de que modo os discursos dos entrevistados são aderentes às noções político-teóricas referentes aos posicionamentos hegemônicos sobre controle da ordem social.

O objetivo aparente dos enunciadores ao longo das entrevistas, além de estabelecer a defesa das instituições, foi justificar a atuação do policial como algo necessário para manter a ordem social. Houve uma tentativa de “convencer” os entrevistadores de que a ação repressiva dos policiais é necessária para manutenção da segurança na região.

Nas subseções seguintes, serão tratados dados que dizem respeito à socialização do policial, ou seja, qual o processo para se tornar um agente e a formação do agente dentro das instituições; às tecnologias utilizadas para controle da criminalidade e serão tratados os assuntos sobre o tipo de abordagem do policial, e ao controle da reincidência criminosa.

4.1 Socialização do Agente

Esta seção aborda a formação do agente dentro da instituição policial, a forma que um cidadão pode ingressar para a carreira militar e as etapas do curso que devem ser cumpridas obrigatoriamente para ocupação do cargo. O Quadro 1 abaixo sintetiza as respostas.

QUADRO 1 - Formação do Policial

Pergunta 1: Como é a formação do Policial nos dias atuais?	
Entrevistado 1: Polícia Civil de Minas Gerais	Ele tem um curso de formação, na academia de polícia que são alinhadas diversas matérias, vai depender da carreira que ele ingressa na instituição. Tem as noções básicas de direito, tem as noções de investigação policial e a depender da carreira que ele desenvolver tem matérias mais específicas, <i>mas é um curso bastante teórico, que eu particularmente entendo que só passa noções deveria ter um acompanhamento melhor ao longo da carreira profissional, não somente formar o policial,</i> além dele ter acompanhamento durante o estágio probatório, que são 3 anos em que ele é avaliado pelo chefe imediato... Seria imprescindível também um acompanhamento de reciclagem adequada do servidor na polícia civil. Nós temos aqui somente <i>cursos de aperfeiçoamento e cursos de chefia policial que é só pra inglês ver, porque não tem resultado prático na carreira do policial, não acrescenta na vida pessoal e nem profissional.</i>
Entrevistado 2: Polícia Militar de Minas Gerais	A formação é em tempo integral conforme o cargo que se pretende escolher. Se ingressar na Instituição para ser soldado, a formação/curso exige curso superior e após aprovado no concurso faz-se um curso específico de formação de soldado. Caso seja para oficial, a exigência é bacharelado em Direito e o curso de formação é realizado na Academia de Polícia Militar em Belo Horizonte, formando como Aspirante a Oficial e depois do aspirantado torna-se 2º Tenente PM. [...] Existe uma avaliação Institucional denominada Avaliação de Desempenho e produtividade anual que é aplicada a todos os policiais militares. Para tal fim, <i>são atribuídas metas ao militar e verificado seu desempenho/acompanhamento, para posteriormente verificar seu comprometimento e nota final.</i>
Entrevistado 3: Polícia Federal	<i>Na Academia, o ingressante passa a ter maior preocupação com a sociedade. Ele muda a sua postura ante a criminalidade, ele adquire valores. Ele aprende ética, moral, cumprimento das leis. Uma moral de uma sociedade justa.</i> Ele vê os procedimentos internos e a parte tática, como tiro e educação física. Esse treinamento tático ensina a proceder em situações policiais.

Fonte: Dados de Pesquisa, 2018.

Em análise intradiscursiva, o objetivo principal desses trechos é mostrar a formação das carreiras policiais, os processos para entrar na Instituição, e as posturas que os mesmos devem adquirir para manter o perfil do policial. Os temas presentes neste são: formação na academia, exigência de curso superior, estágio probatório, procedimentos internos e treinamento. O jargão utilizado “para inglês ver”, confirma que a avaliação aplicada a esses profissionais não acrescenta significativamente princípios desejáveis para formação profissional e nem pessoal. As seleções lexicais “Ele aprende ética, moral, cumprimento das leis”; “Ele muda a sua postura”, “ensina a proceder em situações policiais” denotam que o policial passa por transformações do *self*, para atender ao perfil da instituição.

Para Marra, Fonseca e Souza (2016), a socialização do policial tem início quando o candidato é aprovado no concurso, e parte para a academia, o mesmo começa a ser moldado, aprende os valores, condutas, posturas, formas de agir e falar, e regras da instituição, bem como já adquire algumas características de postura de um agente de segurança. Considera que essas instruções são estufas para transformar as pessoas (MORAIS; PAULA, 2010).

Na análise interdiscursiva, quanto aos aspectos ideológicos, conforme a responsabilidade das atividades exercidas por um policial, o cargo exige ensino superior, ou

seja, existe uma seleção de candidatos conforme o grau de escolaridade para poder exercer a profissão e uma prova. Sobre os resultados levantados nessa análise, identificamos que é uma profissão onde o risco de vida é alto, devido a isso é necessária uma preparação e formação para que o policial possa lidar com situações complexas.

Em uma análise plana das entrevistas, é possível identificar distinções entre os discursos: em organizações policiais, três grandes aspectos emergem das respostas: **(a)** aprendizagem dos conhecimentos necessários à função; **(b)** preparação para a avaliação de desempenho e, por fim **(c)** formação de valores e morais de uma “sociedade justa”. Nas respostas, ficou claro que a formação humanística e crítica é relegada a segundo plano.

4.2 Tecnologias de controle social

Em relação às tecnologias utilizadas para controle social, são analisados temas como o tipo de abordagem do Policial, de que forma é controlada a criminalidade na cidade de Montes Claros e como é feito o controle da reincidência criminosa. No quadro a seguir, os entrevistados defendem seus pontos de vista sobre suas abordagens no dia-a-dia com a população, e se as consideram violentas ou não. O Quadro 2 resume as respostas.

QUADRO 2 - Abordagens do Policial

Pergunta 2. Você acredita que a polícia possui uma abordagem violenta? Explique.	
Entrevistado 1: Polícia Civil	<i>Não, a abordagem começa na verbalização, e na medida que vai depender da recepção dessa abordagem pelo cidadão o policial vai ampliar o uso progressivo da força, uma arma que no caso da polícia civil que estava velada ou que estava no coldre, ela pode a ser empunhada, pode vir a ser apontada para a pessoa abordada, e assim sucessivamente a depender do tipo da recepção, né? A se entender também que algumas abordagens não permitem essa progressão, em local de precária visibilidade. [...] Então, por isso, pedimos um respeito da população, porque o policial está realizando o seu trabalho [...].</i>
Entrevistado 2: Polícia Militar de Minas Gerais	<i>Violência para a abordagem policial é aquilo que se afasta da legalidade, é o excesso, e a Instituição vela pela aplicação da lei, sendo rigorosa no treinamento e capacitação do policial para que ele não exceda na sua atuação. Observa-se também que o cidadão não tem uma aceitação de que uma abordagem, mesmo com critérios técnicos garantidores da integridade dele e do Policial, seja algo profícuo para a sociedade. Entende que tem o direito de não ser abordado, mesmo estando em locais com alta incidência de crimes. Assim, entendo que em sua maioria não existe violência na abordagem do policial militar mineiro.</i>
Entrevistado 3: Polícia Federal	<i>Não vejo, não percebo que há abordagem violenta. É a situação que requer o uso progressivo da força.</i>

Fonte: Dados de Pesquisa, 2018.

Pela análise interdiscursiva dos trechos, no aspecto ideológico, há uma tentativa de justificar o tipo de abordagem utilizada pelos policiais. Eles confirmam que a violência está contida na lei, e *o que não pode ocorrer é o excesso da mesma*, e que cada situação é tratada de forma diferente. Percebe-se que, estrategicamente, os gestores organizam seus discursos primeiramente negando a abordagem violenta, porém, no decorrer das falas, apontam situações que permitem outro entendimento ao leitor, em que não só utilizam a violência, mas também justificam que esta se faz necessária em algumas situações.

Interessante analisar, nesse sentido, que em todos os discursos foi possível perceber contradições ou omissões que poderiam passar despercebidas ao leitor. Pois utilizam

primeiramente da afirmação de que não são violentos e, depois, tentam persuadir justificando as situações. Segundo Machado e Noronha (2002), a violência está presente no dia-a-dia do policial, porém é uma violência considerada oficial, uma vez que a mesma não se aplica a todos da sociedade, ela é específica para alguns grupos, e ainda assim existem tolerâncias estabelecidas pelo governo, órgãos fiscalizadores, mídia e a população.

Na perspectiva da análise intradiscursiva temas como; abordagens verbais, uso progressivo da força, aplicação da violência na lei, critérios técnicos, treinamento e capacitação rigorosa do policial. Utilizam seleção lexical para justificar a abordagem utilizada, “Então por isso pedimos um respeito da população, porque o policial está realizando o seu trabalho [...]”. Em relação aos conteúdos explícitos nas falas, os gestores afirmam que há o uso progressivo da força em suas abordagens, o termo “uso progressivo da força” é uma estratégia de eufemismo discursivo. O léxico “respeito” indica um apelo por maior aceitação dos métodos oficiais.

Em todos os discursos, foi possível perceber contradições ou omissões que poderiam passar despercebidas ao leitor. Pois utilizam primeiramente da afirmação de que não são violentos e depois tentam persuadir justificando as situações. Segundo Machado e Noronha (2002) a violência está presente no dia-a-dia do policial, porém é uma violência considerada oficial, uma vez que a mesma não se aplica a todos da sociedade, ela é específica para alguns grupos, e ainda assim existem tolerâncias estabelecidas pelo governo, órgãos fiscalizadores, mídia e a população.

Interessa também analisar como é feito o controle de criminalidade na cidade de Montes Claros e quais os meios adotados por essas instituições. Neste quesito, os agentes confirmaram o uso das estatísticas e citaram algumas que mais comumente são monitoradas no dia-a-dia a fim de manter a ordem social. O Quadro 3 resume as principais respostas.

QUADRO 3 - Controle de Criminalidade no Município de Montes Claros

Pergunta 3. Como é feito o controle de criminalidade no município de Montes Claros? Explique.	
Entrevistado 1: Polícia Civil de Minas Gerais	É feito por meio de estatística, nós temos o setor estatístico que encaminha relatórios que demonstram como estão as nossas principais preocupações, e <i>nossas preocupações variam a depender dos crimes que mais estão incomodando, se o potencial do crime contra o patrimônio está muito alto, isso incomoda a polícia pois sabe que está incomodando a população.</i> Por exemplo, o crime de homicídio em Montes Claros teve uma redução drástica nos últimos anos. Então, não é de hoje a nossa grande preocupação, mantemos o mesmo trabalho, mas a delegacia de homicídio trabalha hoje com um pouco mais de conforto e proporciona mais qualidade. Como ela tem menos homicídio para investigar, ela consegue se dedicar aos homicídios que estão ocorrendo com mais tranquilidade, mais dedicação, mais disponibilidade de tempo. [...] A gente utiliza os critérios de estatísticas, mas <i>contamos um pouco com a sensibilidade do delegado, ele tem que estar convivendo no meio social no qual ele atende para estar percebendo o que realmente está incomodando aquela população, porque como os nossos recursos são limitados, ele tem que priorizar, otimizar esses recursos, para atender a esses anseios daquela população na qual ele convive.</i>
Entrevistado 2: Polícia Militar de Minas Gerais	Por meio de acompanhamento de dados quanti-qualitativos diariamente. Os crimes de homicídio, roubos, furtos, ameaças, estupro, e demais do código penal <i>têm acompanhamentos e enfrentamentos pontuais diariamente, por se tratar daqueles que mais repercutem na vida social. Isso não significa que sejam mais importantes.</i> Dados como número de ocorrência por crime, os

	locais mais incidentes de atuação, a identificação e quantidade de autores.
Entrevistado 3: Polícia Federal	Preferiu não responder. Houve silenciamento nesse sentido.

Fonte: Dados de Pesquisa, 2018.

Há presença dos temas: setor estatístico, critérios de estatísticas e número de ocorrências. O assunto sobre o controle da criminalidade foi tratado de forma explícita pelos gestores. O controle é feito conforme estatísticas, dados como número de ocorrência, quantidade de autores, região com maior incidência são levantados diariamente para alocar recursos para a região que demanda maior atenção. Para Foucault (1978), a estatística é um mecanismo que permite maior controle e gerenciamento de recursos em diversas áreas; nesse caso da segurança, é possível comparar resultados entre o dia atual e o mesmo dia do ano anterior, bem como traçar medidas adequadas para cada região.

O discurso presente nos trechos afirma que as estatísticas contribuem para fazer o controle da criminalidade, mas é necessário também que a autoridade policial tenha uma sensibilidade de conhecer a população e os problemas que a incomodam. Em relação aos aspectos defendidos, os agentes defendem que a preocupação maior é a insatisfação da população e, se isso está ocorrendo, a polícia se sente incomodada e reconhece que precisa tomar medidas de imediato no determinado aspecto. Os discursos buscam legitimar a noção de que *a função da polícia é atender os anseios sociais e reduzir a insatisfação da população em relação ao crime*; nesse sentido, a polícia é uma instituição que resguarda a sociedade dos problemas que a incomodam – a ordem social vem associada à satisfação da população.

4.3 Reincidência Criminosa e Controle

Por fim, analisamos a percepção sobre a reincidência criminosa. Os gestores acreditam que, nesse aspecto, ocorre problema por parte da legislação (muito suave) e que também o crime é algo culturalmente instituído no preso, onde o risco compensa o crime; fora as situações das penitenciárias, que já estão muito precárias, onde a superlotação acaba se tornando um problema. O Quadro 4 resume as respostas obtidas nesse quesito.

QUADRO 4 - Ações para a questão da reincidência criminosa

Pergunta 4. Como você vê a questão da reincidência criminosa? Há alguma ação nesse sentido?	
Entrevistado 1: Polícia Civil de Minas Gerais	<i>A reincidência é um dos principais problemas na segurança pública e a gente percebe que nossa legislação fecha os olhos pra essa parte. A gente vê que o reincidente tem uma pena agravada quando pratica um outro crime, e essa pena só é agravada quando o primeiro crime já tiver sido condenado, transitado e julgado, e a gente está vendo aí a resistência ao cumprimento provisório da pena nos casos condenados de segunda estância. [...] Em relação ao nosso dia-a-dia, ao trabalho que a gente desenvolve dentro da atual legislação, a gente faz identificar os autores reincidentes do crime, principalmente os autores de crimes violentos. Quando a gente fala em crime violento, a gente fala de roubo, de homicídio... tráfico de drogas é enquadrado como crime violento, e os demais crimes hediondos, como estupro, esses crimes a gente procura identificar os autores reincidentes desses crimes e priorizar as investigações que estão em andamento em relação a essas pessoas.</i>
	<i>A reincidência é sinal de que algo está falho no sistema de segurança pública e que merece uma ação mais incisiva nesse quadro. São muitos casos de reincidência, entretanto não se detém especificamente à atuação de um órgão isoladamente. Leis,</i>

<p>Entrevistado 2: Polícia Militar de Minas Gerais</p>	<p>juízos, prazos para recursos, aplicação da lei de execução penal, disponibilidade de vagas em presídios, deficiência na ressocialização do preso, todos esses fatores, dentre outros, comprometem a segurança pública. A ressocialização é a reeducação do detento dentro do sistema carcerário para que o mesmo retorne melhor para a sociedade, porém isso não ocorre, dada a complexidade de fatores que intervêm. Como um deles, a justiça. O preso, então, acaba retornando ao meio social pior do que entrou. [...] <i>É certo que quem cometeu algum delito deve pagar na prisão. A questão de cometer ou não um crime está na cultura presente no Brasil. Quem comete o crime acha que não será punido, e o que o risco a isso é vantajoso. Existe um sistema falho na legislação e Judiciário quanto a isso.</i> Pois como exemplo no Japão, o índice de criminalidade é baixíssimo, e quando ainda existe o cidadão não é bem visto, inclusive o mesmo se sente envergonhado perante a população. Já no Brasil o que ocorre é a pouca vergonha, e ser um presidiário ou ex não faz diferença, já que estes são tratados normalmente como um civil de bem.</p>
<p>Entrevistado 3: Polícia Federal</p>	<p>Não se investiga pessoas, mas fatos. Não monitoramos reincidência. Não há ações nesse sentido. Não sei se a reincidência é decorrente de impunidade, mas essa sensação pode levar à reincidência. Precisamos de políticas públicas educativas.</p>

Fonte: Dados de Pesquisa, 2018.

Nas falas, é perceptível que os agentes se sentem incomodados com a questão da reincidência criminal, pois entendem que a questão é esquecida pelas políticas públicas e também pela legislação. Os gestores afirmam que é preciso ter uma atenção maior sobre esses agentes reincidentes, pois isso é caracterizado como um sistema falho de controle, onde o preso, ao entrar para a prisão, consegue sair pior. Contudo, é interessante notar que os entrevistados não demonstraram, em sentido algum, percepções que atribuem a si mesmos alguma responsabilidade sobre o controle da reincidência criminal.

As seleções lexicais utilizadas: “a gente percebe que nossa legislação ela fecha os olhos pra essa parte”, “O preso então acaba retornando ao meio social pior do que entrou”, “Quem comete o crime acha que não será punido, e o que o risco a isso é vantajoso”, “Já no Brasil o que ocorre é a pouca vergonha, e ser um presidiário ou ex não faz diferença” têm como objetivo apontar que o problema é estruturalmente constituído na cultura local, e não a partir de processos sociais, econômicos e políticos. Com isso, afirmam que o problema da reincidência pertence ao contexto em que, culturalmente, há estímulos de impunidade para a criminalidade.

Em teoria, vimos, a partir de Foucault (1987), que a ressocialização do preso é necessária. É preciso medidas que estimulam os presos a produzir para bancar suas próprias despesas na cadeia, e também melhorar as condições, é preciso proporcionar condições básicas como respeitar número de atores por cela, e também dar um suporte para quando o detento sair da prisão. Essa insatisfação é demonstrada pelos entrevistados ao longo de suas falas, pois eles entendem que não é assim que se procede no sistema carcerário brasileiro.

Em uma leitura plana das falas, é perceptível que há uma escusa de responsabilidade, por parte dos entrevistados, em relação à figura do preso. Ao atribuir o problema da reincidência genericamente à cultura, os entrevistados expressam, em suas falas, a crença em princípios valorativos determinantes para a ocorrência da criminalidade. Afirmam a existência de pessoas “de bem” que querem retornar ao meio social, e que há indivíduos que acham mais atrativo continuar na criminalidade. Atribuem, ao longo das suas falas, a perspectiva determinista de que o criminoso incorre em delitos por suas próprias características pessoais e culturais (*a culpa do crime é do próprio criminoso e da sociedade que fomenta a impunidade*).

Percebe-se que não houve muitas mudanças desde as construções de Foucault (1987), especialmente sobre a hostilidade, por parte da população, quando se trata de um ex-presidiário. O meio exclui esse cidadão, bem como não faz questão de qualquer tipo de interação com este. Nas falas dos agentes, a figura do criminoso é vista com certo tom de desprezo. Há um afastamento subjetivo da figura do criminoso, especialmente na fala “não investigamos pessoas, investigamos fatos”. Esse distanciamento demonstra que, subjetivamente, as polícias “desumanizam” (desconsideram o fato de que se trata de um ser humano) a figura do criminoso para torná-lo objeto de trabalhos investigativos que visam, apenas, “delimitar os fatos”.

Nesta análise, foi possível entender a forma que os gestores trazem sobre suas abordagens: a) não as consideram violentas, mas que caso necessário o uso da força, existe uma lei que permite o uso; b) fazem uso de critérios estatísticos, análise de dados e outros para a manutenção da segurança, sem prescindir das relações sociais subjetivas de satisfação da sociedade, e (c) sobre a reincidência criminosa, os gestores afirmam ser um dos maiores problemas, que precisam de mais atenção, porém isso não é feito de uma forma que contribui para reduzir os índices de reincidência, o que ocorre é apenas o monitoramento do preso. Outras medidas sociais que poderiam vir a contribuir para a redução dos índices de reincidência, como a reintegração do preso na sociedade, parecem não ser uma preocupação por parte dos gestores, eles percebem que isso é algo interior ao indivíduo, não sendo um problema da polícia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise proposta neste artigo, extraímos opacidades das falas para revelar dimensões ocultas das subjetividades dos enunciadores. Ao longo do trabalho, ficou evidente que possuem um discurso de caráter militar, o que via de regra foi institucionalizado na formação do agente; sujeição a preceitos rígidos de disciplina e hierarquia, formação específica e aperfeiçoamento constante, vínculo com a profissão, e idolatrismo à instituição. O trabalho do agente é pautado em abordagens que, segundo eles, não apresentam características violentas, mas que podem vir a ocorrer devido à criticidade da situação. É um trabalho pautado de valores e responsabilidades, uma vez que trabalham com situações de altíssimo risco.

As justificações utilizadas, ao longo dos discursos dos enunciadores, diz respeito às dificuldades devido ao trabalho que realizam no dia-a-dia quanto à abordagem de cidadãos suspeitos. Suas falas induzem à construção de que há menos preocupação pela autocrítica dos métodos policiais e que há maior necessidade de compreensão da população acerca dos meios que são utilizados para a manutenção da ordem social. Policiais afirmam que o termômetro de sua atuação é a satisfação da sociedade acerca da resolução dos problemas que a incomodam. Em relação à reincidência criminosa no Brasil, nos discursos apresentados, os gestores acreditam que falta um sistema carcerário efetivo e que isso contribui para uma cultura de impunidade que motiva os agentes à continuidade delitiva. Nesse sentido, as respostas obtidas foram de afastamento da polícia em relação ao criminoso, bem como atribuição da reincidência à cultura da sociedade – logo, é um problema que vai além das atribuições das polícias.

As limitações deste artigo dizem respeito às próprias condições de produção do discurso: as entrevistas realizadas com os agentes foram feitas em um cenário organizacional, em horário de trabalho dos agentes, em duas das entrevistas existia mais agentes na sala. Para a realização das entrevistas, entramos em contato com as instituições e aqueles agentes que se sentiram à vontade para participar da pesquisa foram escolhidos. A partir destas contribuições, sugerimos, para próximos estudos, mais estudos qualitativos sobre a polícia. A intenção, com esta análise, não é extrair categorias e afirmações que constituam verdades universais, mas, tão somente, analisar as falas produzidas. Este trabalho contribuiu para compreender a realidade do policial, sua formação, suas abordagens, e a gestão do controle da criminalidade rotineira.

REFERÊNCIAS

- BASÍLIO, M. P. A DIAGNOSE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS OPERADORES DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: A PERSPECTIVA DO SOLDADO POLICIAL MILITAR. **Alcance**, 16, n. 3, 2009. 358-374.
- BONFIGLI, F. Vigiar e punir. Nascimento da prisão. **Redes - Revista Eletrônica de Direito e Sociedade**, 4, n. 2, 2016. 295-305.
- CABRAL, A. C. D. A. A Análise do Discurso como Estratégia de Pesquisa no Campo a Administração: uma visão global. **Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Administração**, 3, n. 2, 2005. 59-68.
- CARRIERI, A. D. P. et al. Contribuições da análise do discurso para os estudos organizacionais. **Revista Economia & Gestão da PUC Minas**, 6, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/34>>.
- CORNELSEN, E. L. Análise do discurso no âmbito dos estudos organizacionais: uma abordagem teórica. In: CARRIERI, A. D. P., et al. **Análise do Discurso em Estudos Organizacionais**. Curitiba: Juruá, 2009. Cap. 2, p. 21-44.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- LOPES JUNIOR, E. P. et al. Rigidez e subjetividades: uma análise cultural em uma organização policial. **Revista de Administração Pública**, 45, n. 6, 2011. 1821-1845.
- MACHADO, E. P.; NORONHA, C. V. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. **Sociologias**, n. 7, 2002. 188-221.
- MARRA, A. V.; FONSECA, J. A.; SOUSA, M. M. P. D. PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO E CONSTRUÇÃO DISCURSIVA EM UMA ORGANIZAÇÃO POLICIAL. **Economia & Gestão**, 16, n. 43, 2016. 77-100.
- MORAIS, L. L. P. D.; PAULA, A. P. P. D. Identificação ou resistência? uma análise da constituição subjetiva do policial. **Revista de Administração Contemporânea**, 14, n. 4, 2010. 633-650.
- NARZETTI, C. As linhas de análise do discurso na França nos anos 60-70. **RevLet-Revista Virtual de Letras**, 2, n. 2, 2010. 51-70.
- PAVÃO, Y. M. P.; SEHNEM, S.; GODOI, C. K. A POSTURA HERMENÊUTICA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS BRASILEIROS. **Revista de Administração FACES Journal**, 10, n. 4, 2011. 109-129.
- POSSENTI, S. Observações sobre o Interdiscurso. **Revista Letras**, n. 61, 2003. 253-269.
- SILVA, A. J. D. Socialização e violência policial militar. **Sociedade e Cultura**, 5, n. 2, 2007. 183-191.
- SILVA, J. P. D. PODER E DIREITO EM FOUCAULT: RELENDO VIGIAR E PUNIR 40 ANOS DEPOIS. **Lua Nova**, n. 97, 2016. 139-171.

SOUSA, N. C. D.; MENESES, A. B. N. T. D. O PODER DISCIPLINAR: UMA LEITURA EM VIGIAR E PUNIR. **Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação**, n. 4, 2010. 18-35.

SOUSA, R. C. D.; MORAIS, M. D. S. A. D. **POLÍCIA E SOCIEDADE**: uma análise da história da segurança pública brasileira. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luis - MA: Universidade Federal do Maranhão. 2011. p. 1-10.

SOUZA, M. M. P. D.; CARRIERI, A. D. P. A Análise do Discurso em Estudos Organizacionais. In: SOUZA, E. M. D. **Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional**: uma abordagem teórico-conceitual. Vitória: EDUFES, 2014. p. 13-40.

THIRY-CHERQUES, H. R. Foucault e a gestão do trabalho. **Revista Estudos de Administração e Sociedade**, 2, n. 1, 2017. 9-20.